

# A Filosofia política em Álvaro Ribeiro

por Elísio Jorge Vaz e Gala \*

*“Portugal não é uma província, uma terra vencida, e portanto servil, da mentalidade dominante na Europa Central. Portugal é uma nação tão culta, e criadora de cultura, como aquelas que lutam pela supremacia na política internacional. Esta verdade tem de ser afirmada sem receio de que os comparativistas a contradigam pelos sinais que denunciam um complexo de inferioridade.”<sup>1</sup>*

A filosofia política é, claramente, na actual cultura do Ocidente, um campo de compreensão para debater os desejos profundos da natureza humana, a fé em si e na sua missão. No contacto com valores e fins universais, ela parece voltar a confiar mais em razões ideais de uma sociedade livre e justa que na força da economia. Rememorando alguns dos momentos e nomes mais significativos na filosofia política ocidental, são detectáveis disparidades, associadas a diferentes acontecimentos históricos significativos. Veja-se, por exemplo, a crise da *polis* e as propostas perenes de humanismo político de Platão e de Aristóteles. Atente-se no corte de Maquiavel e Hobbes com as implicações morais e políticas da tradição clássica e cristã, fazendo nascer o Estado moderno.

Dada a dificuldade de compreensão do homem, do mundo e da sociedade, a filosofia política foi posta em causa, de múltiplos modos. A ausência de uma determinação clara de fins favoreceu o proliferar conflitual de múltiplos fins, de diferentes projectos ético-políticos, de utopias políticas, de diferentes modelos de sociedade, tecnocráticos, utilitaristas, comunistas, democráticos, humanistas. Cada um destes modelos constituiu-se por aproximação ou oposição à razão contemporânea, cindida entre os vitalismos irracionaisistas e niilistas ou a estreita razão totalitarista da mera ânsia de optimização dos meios técnicos, gerando diferentes percepções da natureza do político.

A crise da ideia de verdade e de justiça favoreceu a desordem epistemológica da ciência política – com seus critérios empíricistas, descritivos e a-valorativos – e das ciências sociais e humanas de base empírica e positivista. Considerando no âmbito das ciências dedutivas, a filosofia e a matemática e, no âmbito das ciências indutivas, as ciências sociais e políticas, verificamos que o carácter necessário e universal de uma ciência, só em sentido fraco é atribuível às ciências sociais e políticas. Razão porque tais ciências para superarem o nível empírico, foram atraídas pela filosofia ou pela matemática. A falta de fins claros favoreceu a atracção pela explicatividade matemática, ao mesmo tempo que promovia a dissociação entre razão e sociedade e, com ela, a falta de entendimento da filosofia política como filosofia pública e prática. Isto é, como filosofia que ocupando-se da contingência das acções humanas, não visa portanto construir um sistema geral

\* Mestre em Filosofia Política pela Universidade Católica Portuguesa – Lisboa.

<sup>1</sup> RIBEIRO, Álvaro, *A Razão Animada*, pp. 21-22.

de leis universais. Filosofia pública e prática que respeita ao saber do que deve ser feito – saber normativo, prescritivo, racional e valorativo, formador e clarificador dos conceitos de base e fins das ciências sociais – distinto do saber especulativo na necessidade e universalidade deste, mas não inferior a ele.

Em Álvaro Ribeiro – porque reconstitui e reconquista um saber dos princípios – encontramos a recuperação do interesse filosófico pela vida cultural e política, passando de uma posição politicamente comprometida para uma outra de predomínio da reflexão filosófica, de subordinação da política à pedagogia e desta à filosofia. Nele encontrei a sustentação de uma teoria política, ou seja, uma particular interpretação coerente, classificadora de fenómenos político-sociais segundo modelos e a afirmação de um projecto político. Teoria e projecto político que o ocuparam não só nos primórdios da sua intervenção política, como no pensamento da sua maturidade. Álvaro Ribeiro chegou segundo penso, num primeiro momento, à teoria política, partindo de baixo, na busca de reunião num mais amplo quadro explicativo, dos diferentes fenómenos políticos que descritivamente ia registando. Num segundo momento, chega a uma teoria política, partindo de cima, particularizando uma filosofia política que busca tornar-se guia de uma acção concreta. Assim parece-me, garantiu ele a mediação entre teoria e práxis, entre a filosofia e a acção política.

A sua obra não esqueceu a lição aristotélica da amizade cívica, pelo que a sua ideia de comunidade política não se constituiu contra alguém, mas para um fim positivo e construtivo. Mais do que o rebater de adversários, fundou e firmou um discurso sem sentido polémico ainda quando tenha feito surgir polémicas – assente nos eixos das distinções entre especulativo e prático, fazer e agir. Foi nos desníveis entre estes conceitos que Álvaro Ribeiro introduziu e valorizou a virtude respeitante à razão prática e à recta práxis, a virtude que conhecendo, delibera: a prudência (*fronesis*). E valorizando a prudência garantiu que a procura do bem comum na sociedade depende mais do que da acção técnica, do exercício das virtudes éticas. Por aqui se percebe a razão da valorização de Álvaro Ribeiro, da dependência da política face à pedagogia. Pedagogia garantida nas fontes da tradição ou seja, no saber comunicado na relação mestre-discípulo e na comunhão profunda dos anseios e esperanças do povo. Valorizando-se a prudência, garante-se, em suma, para a política, o debate dialéctico entre técnicos e políticos sobre as distintas opiniões políticas, debate que a política, concebida como conhecimento rigoroso e técnico recusa. Em boa verdade, a despolíticação do real opera-se pela fusão da política na técnica. Despolíticação tanto mais conseguida quanto mais aceites os pressupostos de que a técnica resolve os principais problemas humanos e de que as relações de causa-efeito são o modelo explicativo do sistema social e político. O fruto da capitulação perante tais afirmações é o da substituição do fim da vida humana: deixa de ser a boa vida, para ser o funcionamento objectivamente correcto do Estado e seu maquinismo produtor de bem estar. O homem de Estado não é mais o homem prudente, mas o homem tecnicamente hábil.

O facto de se ter chegado a este ponto resulta, para Álvaro Ribeiro, da deslocação do centro de gravidade do homem e da sociedade. Considerada impotente a razão quanto às questões últimas, isto é, desconsiderado o homem como ser verdadeiramente racional, é ele reduzido a um ser que apenas deseja a satisfação das suas paixões e instintos. Tal tese encontra-se garantida por uma antropologia materialista redutora do corpo a mecanismo passional. Assim sendo, a ordem política decorrente de tal antropologia, desloca-se do âmbito da racionalidade e da virtude – onde se supõe a liberdade e onde,

longe de serem negadas as paixões, elas são reguladas – para o âmbito da necessidade natural, onde os desejos e as paixões passam a constituir os princípios unificadores da sociedade política. Perdido o carácter originário da política – segundo o qual ela nasceria duma inclinação com raiz na pessoa, inclinação depois trabalhada pela razão – assume ela um carácter artificial, decorrente de um acto de vontade. Deste modo, o homem nunca será um ente político e social, posto que a vida civil nada mude na sua natureza, antes lhe obstaculize o desenvolvimento. Importará a partir de então indagar não do fim da política, mas da origem – sempre convencional – da passagem do estado natural ao estado civil. Importará sobretudo identificar que paixões ou instintos garantem tal passagem, sendo qualquer fim sustentado para afirmação dessas paixões ou instintos. Será o poder e a força, como afirmava Maquiavel? Será o instinto de auto-conservação e de segurança para garantir a paz como em Hobbes e Espinosa? Será o instinto de posse como em Locke? Será o sentimento e a paixão para conservação e prosperidade dos seus membros como em Rousseau? Será o desejo de reconhecimento desprezando o medo da morte, como em Hegel? Deixando os homens de agir em vista do bem viver, a política torna-se uma técnica para criação da felicidade social através da eficiência institucional, sofrendo os principais conceitos políticos a transformação que os leva a abandonar o carácter ético-prático para se tomarem conceitos teóricos empírico-descritivos.

Destacando as íntimas relações entre filosofia, pedagogia e política, inseriu-as Álvaro Ribeiro no campo das articulações especulativas fundamentais, referentes à linguagem, à antropologia, à cosmologia e à teologia. Encontra-se, pois, nele, um pensamento fértil para o ressurgir da filosofia política, na medida em que, firmando-se sobretudo em Aristóteles, o repensa nas actuais condições histórico-políticas, não perdendo de vista os fins e ordem da sociedade humana. Firmar-se em Aristóteles é rejeitar qualquer sustentação de uma ética racional, demonstrativamente deduzida de princípios racionais evidentes como os da geometria e da matemática, e tendo como base uma legitimidade meramente processual – que não substancial, de fundamentos últimos – resultante do acordo, do consenso, do contrato entre livres e iguais, como foi modernamente tentado por John Rawls. A legitimação da ética através do esquema do contrato, não só não dá conta de tudo quanto ultrapasse a sua lógica, como dissolve o político no jurídico, o que, garantindo a fruição dos direitos do homem, não garante a autonomia e a construção da identidade dos indivíduos de um povo.

Tocando Álvaro Ribeiro a política na sua essência, procurou responder à sua natureza, significado e fim, indagando das categorias sem as quais a pensatividade filosófica da política é impossível: práxis, fim e valor ético. Côscio da situação actual de triunfo do economismo e seu critério utilitarista –, do cientismo tecnológico – despoliticizador da vida social pela redução da política à administração – e do subjectivismo voluntarista – arbitrário na justificação dos juízos de valor –, indicou caminhos para acedermos aos princípios. Com renovada frescura e energia o fez, refutando metodicamente o *positivismo*, o *socialismo*, o *historicismo* e o *irracionalismo*, doutrinas evanescedoras da filosofia política, preparadas pelo advento da ciência moderna e da física matemática, ocorrido nos séculos XVI e XVII.

O *positivismo* garantiu-se no pensamento de Descartes, Hobbes e Espinosa, aplicando o método demonstrativo da matemática e da geometria, cortando com o método tópico-dialéctico de Aristóteles, isto é, o método que, formulando claramente os pro-

blemas que vai discutir, recolhe os argumentos pró e contra, refuta os que são falsos e conclui. O método axiomático-dedutivo é aplicado à ética e à filosofia prática. A redução dos métodos de cada saber ao método axiomático-dedutivo, a não admissão de princípios para base interpretativa dos factos, a relevância determinadora do método face ao objecto, a espantosa proliferação de pesquisas irrelevantes conduziram, como mostra Álvaro Ribeiro, ao *positivismo*. Este, esquecido da experiência de decisão moral e política do homem – emanada mais de argumentações e confrontos dialécticos, do que de arbitrárias deduções universalmente aplicadas segundo o método geométrico – ocultou o essencial e as diversidades, uniformizando-as num relativismo valorativo. De um tal relativismo resultou a separação entre ética e política e a transferência da vida social para a técnica ou para interesses práticos particulares. Resultou, por conseguinte, o triunfo da sociologia, afirmativo não só da separação entre factos e valores, como da contra-posição, sem finalidade, das diferentes perspectivas do conhecimento, dos diferentes sistemas valorativos. Na ausência de valores absolutos, os fundamentos últimos do pensamento afirmam-se como irracionais, subjectivos, sendo encorajada a irresponsabilidade intelectual que leva à dignificação dos mais absurdos juízos de valor, porque interessada apenas com os meios.

Como se manifestou irrealizável a moral científica e a geometrização da ética prometida por Descartes ao assumir uma ética provisória, sobre os escombros desta e da impossibilidade teórica de escolha racional, firmou-se a política num relativismo. A multiplicidade de perspectivas deste não garante qualquer verdade. Compelidos a tomar uma decisão sem garantia em princípios, os políticos assentaram, pois, a sua ideia de política, no desprezo relativo ao problema do seu fim supremo – o bem viver no âmbito privado e político e a boa sociedade – e reduzida a política a ideologia, centrou-se esta nos problemas do poder, da sobrevivência contra a morte violenta, da posse, que não da propriedade, com que aquela é confundida.

O *socialismo* procedeu à crítica radical da filosofia e da valoração ética tradicional. A filosofia clássica considerava o *fazer* (*poiesis* – exteriorizável num produto subsistente após terminado o *fazer*) e o *agir* (*praxis* – actividade dirigida ao auto-aperfeiçoamento e à imanente bondade da acção) como actividades teleológicas. Ora, o socialismo, dando primazia ao económico, valorizou a *praxis* como *poiesis* e trabalho, como ciência da produção e distribuição dos bens económicas. Uma tal incompreensão da *praxis* rejeitou – como não podia deixar de o *fazer* – a concepção aristotélica de que “o bem próprio do homem é a actividade da alma segundo a virtude.” e não um produto (*ergon*). Se a *praxis* é valorizada como *poiesis*, sendo o seu sentido referido a um conteúdo técnico (*techné*), a dinâmica do agir político deixa de ser a busca e fruição do valor, do bem máximo, libertador e plenificador da vida do homem, com uma dupla consequência: a política passa a ter regras diferentes das da ética, regras tão diferentes que se passará a conduzir, não pelo que deve ser, mas pelo carácter necessário das teorias objectivas e abstractas, puramente técnicas – apresentando modos e caminhos de produção de uma obra – teorias essas bebidas nas ciências aplicadas (psicologia, sociologia, física). A economia, sustentada por supostas certezas estáveis empírico-técnicas, toma-se o domínio da tecnocracia – dirigida à transformação do mundo – e da sua linguagem de conteúdo semântico altamente abstracto, obstrutora do acesso à *praxis*.

O *socialismo* situando no poder do Estado o fim da política, defendeu um conceito amoral, utilitário e económico do Estado, do direito, do poder e da acção política.

O aumento das trocas económicas e da circulação de produtos não cria um âmbito público, nem a liberdade se alcança pela ampliação desmedida do ciclo produção-consumo e sua administração. Como pode a liberdade emergir da administração, isto é, do que é uma propedêutica à conquista da liberdade? O *socialismo*, desessencializando o homem, reduziu-o ao conjunto das relações sociais, pelo que, em boa verdade, negou a existência de uma verdadeira natureza humana e, em última instância, negou os direitos do homem. Atacando o carácter essencial e eterno da verdade e, portanto, a primazia teórica da filosofia especulativa, daí decorreu mais uma vez um relativismo valorativo, que prejudicou a ligação entre ética e política.

O *historicismo* é a ideologia da modernidade, intimamente unida ao idealismo alemão e ao positivismo comteano. O *historicismo* ao invés dos filósofos antigos nega as verdades e essências metatemporais. Nega também a diferença entre problemas filosóficos e problemas históricos, ao mesmo tempo que considera cada uma das épocas históricas como totalidades fechadas e acabadas, impossibilitando assim, dogmaticamente, a validade de qualquer doutrina elaborada no passado. Cortando qualquer ideia de tradição na filosofia política, mata-a, pois torna vazia a pergunta sobre a natureza essencial da política, enveredando pelo caminho do profetismo histórico do advento do Estado ético ou da sociedade de produtores sem Estado.

O *irracionalismo*, resultando do enfraquecimento das possibilidades mais excelentes da razão para resolução dos problemas que vão surgindo, condena a realidade política à misologia, conducente ao desespero pessimista e ao vitalismo violento. Uma fraca inteligibilidade do político traduz-se no pouco vigor discursivo sobre o bem, sendo a política não apreciada por qualquer regra racional, mas sim por regras fenomenologicamente deduzidos de um quadro puramente factual. É a realidade política assim abandonada ao triunfo dos instintos, aos mitos ráricos, à inferioridade de critérios calculistas e utilitários, em suma, ao imoralismo e à audácia aventureirista dos mais fortes.

Se cada realidade política tem uma forma própria, também a política possui uma forma sintetizadora e integradora das realidades políticas fundamentais que a individualiza imprimindo diferenças nas comunidades. A forma política é como que o elemento gerador de uma comunidade. Uma comunidade só o é plenamente quando realizada na mais nobre das realidades políticas: um *povo*. Só na realidade política denominada *povo*, brilha, pois, a forma política, forma que não ficaria completa se não se lhe fossem acrescentadas as categorias *território*, *tempo* e *poder* e sobretudo as realidades políticas especificadoras e fundamentais denominadas de *bem comum*, *direito*, *autoridade*. A complexidade da forma política do Estado moderno obstaculiza a constituição de uma forma política, pois nem ela surge de interesses económicas e seu livre jogo, nem nasce de qualquer convencionalismo ou relativismo democratistas.

Álvaro Ribeiro tomou patente no seu pensamento operante, a ideia de *bem comum* e a libertação de preconceitos da ideia de *autoridade*, quer a menor distribuída pelos homens, quer a suprema, tradicionalmente denominada de Deus. Pelo seu pensamento torna-se claro que, quando a sociedade política desconhece a sua finalidade, quando deixa de existir uma razão para a vida de um *povo*, quando desaparecem *bem comum* e *autoridade*, é dissolvida a análise da forma política e a própria forma política. Como efeito de tal dissolução, secam-se as fontes das razões últimas da filosofia política, apaga-se a sua estrela: as *leis* e *forças* motrizes de uma comunidade, a *construção* da mesma e o seu *fim*.